



Terça-Feira, 05 de Agosto de 2025

Mortes no Rio Grande do Sul chegam a 37 por causa de ciclone

Governo estadual vai decretar estado de calamidade pública

O número de mortes em decorrência das chuvas intensas dos últimos dias no Rio Grande do Sul subiu para 37 nesta quarta-feira (6). O governo do estado irá decretar estado de calamidade pública.

Do total de 37 óbitos confirmados no estado em decorrência dos temporais, 14 ocorreram em Muçum, nove em Roca Sales, três em Lajeado, dois em Estrela, dois em Ibiraiaras, três em Cruzeiro do Sul, um em Mato Castelhano, um em Passo Fundo, um em Encantado e um em Santa Tereza.

Até o início da noite de hoje, a Defesa Civil estadual contabilizou 79 municípios atingidos, 2.319 pessoas desabrigadas e 3.575 desalojadas. Segundo o levantamento, 1.777 pessoas foram resgatadas, e há nove desaparecidas. Estima-se em 56.787 o número total de afetados.

Dois municípios decretaram situação de emergência: Santa Tereza e Nova Roma do Sul. A decretação é o primeiro passo para a solicitação de ajuda humanitária e de recursos financeiros. Após a inclusão, o estado realiza a análise e o processamento da homologação estadual e encaminha à Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil para o reconhecimento federal.

Em visita nesta quarta-feira (6) ao Rio Grande do Sul, os ministros da Integração e Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, e da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom/PR), Paulo Pimenta, garantiram que não faltarão recursos para a assistência às vítimas das fortes chuvas que atingem a região Sul do país, devido à passagem de um ciclone extratropical.

O ministro Waldez Góes lembrou que, neste ano, na ocorrência de dois outros ciclones, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por uma medida provisória, destinou R\$ 280 milhões para que assistência às vítimas e reconstrução nos municípios afetados.

“Já tem uma medida adotada pelo presidente Lula anteriormente. Temos recursos ainda desta medida provisória e, se for necessário ser emitida uma nova medida, assim o fará. O que ele [Lula] autorizou, tanto eu quanto o Pimenta, foi nos reportarmos ao governo do estado, à população, às prefeituras, que não faltarão recursos”, disse Waldez.

O ministro da Integração ressaltou que, além de continuar com os resgates, é preciso haver sinergia e diálogo entre os governos federal, estadual e municipais, com apoio dos parlamentares e da sociedade, para aprimorar a rede que fará o planejamento e a utilização dos recursos públicos.